



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

MANHÃ

## ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - CONTROLE INTERNO

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

1

O dicionário de Antônio Houaiss, na pág. 284, registra no verbete “biblioteconomia”: “1. parte da bibliotecologia que trata dos aspectos da armazenagem, do acesso e da circulação das coleções de livros, 2. conjunto de conhecimentos e técnicas necessários à gestão de uma biblioteca. ETIM fr. *bibliothéconomie*.”

Sobre a estruturação e conteúdo desse verbete, é correto afirmar que:

- (A) sendo uma definição, o segmento 1 parte de um termo geral e acrescenta especificações;
- (B) os segmentos numerados mostram, em ordem cronológica, os significados adquiridos pelo termo “biblioteconomia”;
- (C) apesar de veiculado em linguagem culta, o verbete traz um erro de concordância nominal;
- (D) segundo o que se apreende do verbete, a bibliotecologia faz parte da biblioteconomia;
- (E) a informação sobre a etimologia da palavra “biblioteconomia” nos indica o significado dos segmentos componentes do vocábulo.

2

Um conto moderno do escritor paranaense Dalton Trevisan começa com a seguinte frase:

“Primeira noite ele conheceu que Santina não era moça.”

A marca essencial desse segmento que o insere no conjunto dos textos literários de ficção e não entre os textos informativos, é:

- (A) a seleção vocabular de linguagem erudita;
- (B) a absoluta correção gramatical na estruturação das frases;
- (C) o emprego da linguagem popular como sinal de inclusão;
- (D) a presença inicial de termos sem referentes na realidade;
- (E) a necessidade de situar no tempo e no espaço o fato referido.

3

Os textos, independentemente de seu modo de organização, possuem um conjunto de marcas específicas; entre as frases abaixo, aquela que mostra coesão e coerência, é:

- (A) O invisível é real. As almas têm seu mundo;
- (B) A palavra é dom de todos. A sabedoria cabe a Deus;
- (C) Em qualquer abundância há falta;
- (D) A melhor maneira de ir devagar é não ir;
- (E) O caminho que sobe é o mesmo que desce.

4

Em muitas frases podemos optar entre a presença de um termo preposicionado ou de um só vocábulo: tempo de escola = tempo escolar.

A frase abaixo em que o termo preposicionado sublinhado pode ser adequadamente substituído por um só termo, é:

- (A) A sabedoria dos velhos é um grande erro. Não chegam a ser mais sábios, apenas mais prudentes;
- (B) Abraça muito, beije e ria, já que a vida é de graça;
- (C) Tente colocar bom senso na cabeça de um tolo e ele dirá que é tolice;
- (D) O ótimo é inimigo do bom;
- (E) Quem se senta no fundo de um poço vai achar pequeno o céu.

5

Um romance mostra o seguinte segmento:

“Eu pergunto que tipo de história a menina deseja. Ela responde categoricamente que quer uma história de amor e de ficção científica. Então, comecei: ‘Um robô encontra uma jovem...’ Mas ela não me deixa prosseguir. ‘Você não sabe contar histórias’, disse ela. Uma verdadeira história é obrigatoriamente no passado.

- Tá bom, se você quer: “Um robô encontrou uma jovem...”

- Não, tem que ser no passado histórico...

- Bom, lá vai: “Outrora, há muito tempo, um robô muito inteligente, ainda que totalmente metálico, encontrou num baile uma jovem da nobreza. Eles dançaram e ele lhe disse coisas gentis. Ela ficou corada. Ele se desculpou e recomeçaram a dançar. Ela o achou um pouco ousado, mas encantador... Eles se casaram pouco tempo depois, receberam muitos presentes e partiram em viagem de lua de mel.”

Sobre esse fragmento narrativo, é correto afirmar que:

- (A) o aspecto de ficção científica da história narrada se restringe ao personagem robô e a suas ações mecânicas;
- (B) a observação de que uma história deve obrigatoriamente ser narrada no passado é verdadeira, mostrando o conhecimento textual da menina;
- (C) o passado histórico solicitado pela menina foi realizado por meio de expressões de tempo distante e de ambientes literariamente idealizados;
- (D) o texto narrativo produzido pelo narrador mostra a preocupação de limitar-se ao absolutamente essencial do enredo;
- (E) o narrador da versão final da história mostra preocupações de usar a linguagem informal, adequada à pouca idade da leitora.

6

“Numa peça teatral ou romance, uma palavra imprópria é apenas uma palavra: e a impropriedade, seja ou não percebida, não acarreta consequência alguma. Num código legal – especialmente composto de leis tidas como fundamentais – uma palavra imprópria pode ser uma calamidade nacional: e a guerra civil, a consequência disso. De uma palavra tola podem irromper mil punhais.” (Bentham, 1796)

A finalidade básica desse fragmento textual é:

- (A) alertar contra o uso impróprio de palavras, especialmente em textos de grande aplicabilidade social;
- (B) mostrar o uso irresponsável das palavras em textos modernos, mesmo naqueles produzidos por pessoas cultas;
- (C) indicar que a impropriedade vocabular é fruto da inadequação entre o significado da palavra e a situação em que é empregada;
- (D) demonstrar a absoluta necessidade de que os usuários das palavras tenham perfeito conhecimento de seus significados;
- (E) aconselhar que os autores dos textos verifiquem a possibilidade de ambiguidade no uso dos vocábulos a fim de evitarem consequências desastrosas.

7

“O estudo dos textos argumentativos ocupa um lugar importante no ensino de textos. Isso parece amplamente justificado, porque é essencial dominar a argumentação antes de entrar na vida adulta. De um lado, isso permite não se deixar influenciar de maneira inconsciente por aqueles que dominam a argumentação, sejam eles políticos ou publicitários, por exemplo. De outro lado, saber argumentar permite fazer-se entender e realizar seus desejos. Assim, entre dois candidatos a um emprego, se os perfis são idênticos, aquele que sabe argumentar será certamente favorecido.”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) a tese do texto é a de que se deve aprender argumentação antes de entrar-se na vida adulta;
- (B) o primeiro período do texto mostra a opinião do argumentador sobre o tema discutido;
- (C) ao citar políticos e publicitários, o argumentador aponta pessoas que desonestamente manipulam argumentos;
- (D) o argumentador limita-se a citar exemplos, substituindo os argumentos por eles;
- (E) o público-alvo do texto acima é, prioritariamente, os candidatos a alguma entrevista de emprego.

8

Observe o texto argumentativo a seguir.

“No século XXI, a igualdade entre mulheres e homens ainda não é uma realidade. Por que é tão difícil atribuir às mulheres as mesmas posições que aos homens? Não há nenhum motivo por que uma mulher receba salário menor do que o de um homem, se o trabalho é o mesmo. E esse é exatamente o caso. Em nossos dias, na França, com o mesmo tempo de trabalho, mesma seção, mesma categoria profissional, a redução do salário feminino chega a 10%. Do mesmo modo, não é normal que postos de trabalho de mais responsabilidade sejam majoritariamente ocupados por homens. Segundo os dados fornecidos pela Comissão Europeia, na França de 2017, só 33% dos quadros superiores são de mulheres. É mais do que nos Países Baixos e na Grécia (25%), muito mais que em Luxemburgo (18%), mas menos que na Polônia ou na Eslovênia (41%), do que na Hungria ou na Suécia (39%). De qualquer modo, nenhum país da comunidade europeia chega à paridade nesse terreno.”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) o texto não apresenta argumentos em defesa da tese exposta, limitando-se a citar exemplos;
- (B) as estatísticas apresentadas servem para apoiar uma tese contrária à defendida no texto;
- (C) a tese do texto é a de que as mulheres devem receber tratamento igual ao dos homens, no mercado de trabalho;
- (D) os argumentos apresentados no texto são do tipo subjetivo, apoiados basicamente na opinião do argumentador;
- (E) o último período do texto confirma a razão de as mulheres receberem distinção no tratamento profissional.

9

“O que eu poderia fazer para vos demonstrar, senhores, a utilidade da agricultura? Quem atende nossas necessidades? Quem fornece meios para nossa subsistência? Não é o agricultor? O agricultor, senhores, que semeia os campos, faz nascer o trigo, o qual, transformado em farinha e levado para as cidades e aos padeiros, torna-se alimento para os ricos e pobres. Não é ainda o agricultor que alimenta, para nossas roupas, seus rebanhos nas pastagens? Como nos vestiríamos ou nos alimentaríamos sem o agricultor?”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) o argumento utilizado para a defesa da tese é o da autoridade, fundamentada na opinião do argumentador;
- (B) a tese defendida se apoia em dois argumentos, fundamentados no conhecimento livresco dos cidadãos;
- (C) o termo “ainda” mostra a passagem do primeiro para o segundo argumento empregado na defesa da tese;
- (D) a última pergunta do texto tenta convencer o leitor sobre a tese proposta, apoiada na intimidação;
- (E) o convencimento do ouvinte, nesse texto, é feito exclusivamente por meio da racionalidade.

**10**

Num texto argumentativo, aparecem argumentos e exemplos; a opção abaixo que traz um exemplo e não um argumento, é:

- (A) O dinheiro faz nascer maus sentimentos em relação aos outros homens;
- (B) Tarzan é um dos heróis de ficção mais amados pelos brasileiros;
- (C) O conhecimento do passado é importante para a compreensão do presente;
- (D) Sonhar nos faz suportar a mediocridade da vida cotidiana;
- (E) É indispensável a adoção de um projeto de combate à poluição do meio ambiente.

**11**

“Se você escolher a cidade como local de residência, você deve estar preparado para escutar a bela música das buzinas e a respirar um ar saudável, enriquecido de fumaça de todas as espécies. Por outro lado, viver no campo é benéfico porque isso permite que você se aproxime da natureza, que escute os belos cantos dos pássaros, sem contar a solidariedade dos vizinhos em caso de aborrecimento ou doença.”

Sobre esse segmento textual, é correto afirmar que:

- (A) a tese defendida no texto é a de que a vida no campo e na cidade apresentam diferentes vantagens;
- (B) o conector “Por outro lado”, empregado entre os dois principais segmentos do texto, indica semelhança entre a vida na cidade e a vida no campo;
- (C) o processo utilizado pelo argumentador na desvalorização da vida na cidade é a ironia;
- (D) os argumentos utilizados na defesa da tese pelo argumentador se apoiam em valores humanos, sociais e econômicos;
- (E) o argumentador apresenta de forma imparcial as vantagens e desvantagens de viver-se no campo e na cidade.

**12**

Observe o trecho narrativo a seguir, fundamentado na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal:

“No dia 23 de abril, pela manhã, saímos de nossa nau, preparamos um batel e dirigimo-nos à terra, onde já nos esperavam alguns índios. Reconheci, entre eles, um que, no dia anterior, me dera um colar de penas em troca de algumas contas. Logo a seguir, passamos a caminhar pela areia, ainda que com alguma dificuldade, porque nossos casacos grandes não ajudavam com o calor e nossas botas grossas atrapalhavam nosso andar. Pensava no que nos estaria aguardando mais tarde, depois que passássemos o pequeno rochedo da extremidade da praia, talvez uma tribo inteira ou alguns animais ferozes. Continuamos nossa caminhada.”

Sobre a estruturação desse texto narrativo, é inadequada a seguinte afirmativa:

- (A) a marcação do tempo, no início do texto, é feita de forma direta, pela indicação de uma data;
- (B) certas indicações sobre a cronologia da narrativa aparecem de forma indireta por meio das vestimentas dos personagens;
- (C) o ritmo desse texto inclui uma volta ao passado por meio da lembrança de com quem o narrador havia trocado presentes;
- (D) o ritmo dessa narrativa também inclui uma projeção futura, com os fatos imaginados pelo narrador sobre o que o esperava após o rochedo;
- (E) como narrador onisciente que é, o autor do texto tem o cuidado de informar o leitor sobre os fatos mais importantes da narrativa, principalmente sobre a passagem do tempo.

**13**

Observe a seguinte frase:

“Deus deve amar os homens medíocres. Fez vários deles.”

Sobre o significado e a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) o primeiro período funciona como causa do segundo;
- (B) o segundo período é um fato deduzido do primeiro;
- (C) considerando a frase como texto argumentativo, a tese defendida é verbalizada no segundo período;
- (D) o argumento que defende a tese exposta no período é de caráter opinativo;
- (E) em lugar do ponto separando os dois períodos, poderia estar empregado o conector “já que”.

**14**

A frase abaixo em que a retomada com o pronome pessoal é feita de forma catafórica, ou seja, referindo-se a algo posterior na frase, é:

- (A) Velhice é quando vamos a restaurantes que têm sommeliers, e não aos servidos por garçonetes;
- (B) Ainda que a expulsa com um forçado, a natureza voltará a aparecer;
- (C) Só os poetas e as mulheres sabem usar o dinheiro como ele merece;
- (D) Quando nós o fizermos, nós o teremos;
- (E) Onde aumentam os bens, aumentam aqueles que os devoram.

15

A única frase de construção aceitável, é:

- (A) A seção do equipamento de informática evolui numa velocidade incrível e, a cada ano, eles põem no mercado produtos cada vez mais desenvolvidos.
- (B) A exposição apresenta ao público obras pouco conhecidas, pois eles as produziram no início de suas carreiras.
- (C) A reunião dos operários ocorrerá depois do meio-dia, diante do hospital do bairro. De lá, eles irão bloquear a entrada da fábrica.
- (D) Esta manhã, faltava entusiasmo aos alunos. Então, após a recreação, ele começou seu curso de história, propondo uma discussão interessante.
- (E) Estes aviões servem para o treinamento básico. Devem ser efetuadas ao menos cem horas de voo antes de eles passarem à etapa seguinte.

16

Leia o pequeno texto a seguir.

“Antônio tem sete anos, talvez. Ele sai de um shopping, inteiramente vestido com roupas novas, como para enfrentar uma nova vida. Mas, no momento, ele ainda é uma criança que dá a mão à babá, numa avenida paulista.

Ele não é grande e só vê diante de si pernas de homens e saias muito enfeitadas. No asfalto, centenas de pneus, que rodam ou param diante de policiais nos cruzamentos.”

Sobre a estruturação narrativa desse segmento, é correto afirmar que:

- (A) trata-se do texto inicial de uma narrativa, composto exclusivamente de segmentos descritivos;
- (B) esse fragmento inicial mostra a primeira fase de um enredo, um estado inicial em que ainda não ocorreu a intervenção de um fato transformador, que dê início à narrativa;
- (C) o narrador do segmento é de ponto de vista externo, não participa do enredo e tem olhar onisciente, dominando as informações sobre os personagens;
- (D) o personagem Antônio é descrito por aspectos físicos e psíquicos, de forma exaustiva;
- (E) a localização dos fatos narrados no segmento é feita de forma precisa, com preocupações de justificarem-se fatos futuros.

17

A frase abaixo em que os termos sublinhados caracterizam uma antítese, é:

- (A) O político deve buscar a aprovação, porém jamais o aplausos;
- (B) Com os pequenos, o governo ruge como um leão; com os grandes, mia como um gato;
- (C) A diferença entre o presidente Clinton e mim é que ele tem contra si uma maioria organizada e eu tenho a favor uma maioria desorganizada;
- (D) A extensão é o sinal do meu poderio. O tempo é o sinal da minha impotência;
- (E) O que é lei hoje não o é amanhã.

18

Todos os pensamentos abaixo são compostos de dois segmentos, separados por um ponto. A relação lógica entre esses segmentos que é corretamente indicada, é:

- (A) A ostra pode não ser um modelo de beleza. A ostra é sempre uma esperança de pérola / relação de oposição;
- (B) O elefante deixa-se acariciar. O piolho, não / relação de explicação;
- (C) Eu adoro répteis. Eles têm uma pele maravilhosa / relação de comparação;
- (D) Gatos nos olham com superioridade. Cachorros nos olham com docilidade / relação de conformidade;
- (E) Eu prefiro a companhia dos animais. Eles são muito mais simples / relação de causa e consequência.

19

Abaixo estão cinco frases com um termo sublinhado que foi retomado a seguir por um termo que sintetiza o elemento anterior sublinhado; a opção em que a retomada é feita de forma distinta, é:

- (A) João Bruno convidou Fabíola para o espetáculo que ele montou com os colegas da empresa. Este ano, trata-se de uma revista musical.
- (B) Foi necessária uma hora para chegar à autoestrada, depois andamos lentamente durante duas horas. Infelizmente essa situação se repete com frequência.
- (C) Para fazer um bom trabalho, seria necessário retirar as velhas telhas, limpar cuidadosamente a superfície e colocar novas. Nas atuais circunstâncias, essa solução fica sendo a mais realista.
- (D) Sérgio se opôs repentinamente à modificação proposta. Sua atitude surpreendeu a muitos.
- (E) Havia no horizonte campos e campos de milho e trigo, com espaços aqui e ali de áreas reservadas a cultivos experimentais. Essa plantação era verdadeiramente impressionante.

20

Observe o texto predominantemente descritivo a seguir.

“Depois de ter passado o sinal de trânsito da esquina, eu perdi de vista a catedral. Eu não via mais que árvores. Atrás delas apareciam as chaminés das usinas. Alguns quilômetros mais adiante, eu percebi com alívio os primeiros prédios da cidade universitária. Dois estudantes com que cruzei na estrada me olharam de forma curiosa. Tinham as mãos nos bolsos e pareciam sentir muito frio debaixo de seus pesados sobretudos.”

Em relação ao texto descritivo acima, é correto afirmar que:

- (A) não estão em movimento nem o observador nem os objetos da descrição;
- (B) a descrição é feita com base nos sentidos da visão e do tato;
- (C) nesse texto, as limitações no ato de descrever são causadas pelo distanciamento em relação ao que é descrito;
- (D) o observador responsável pela descrição não interfere com o que é por ele descrito;
- (E) a finalidade básica dessa descrição é identificar economicamente o local observado.

**21**

Todas as frases abaixo mostram a estrutura de uma definição, mas a única que corresponde, de fato, a uma definição, é:

- (A) A História é uma destilação de intrigas;
- (B) O presente é a viva soma total do passado;
- (C) História é a ciência que estuda eventos passados;
- (D) A história é a filosofia em exemplos;
- (E) Tempo é o suspiro de adeus do sol à terra.

**22**

A pontuação foi criada para que os textos se tornassem mais claros. Uma das regras do emprego da vírgula é sua utilização para marcar uma oração adverbial antecipada, como na seguinte frase:

- (A) Como seriam venturosos os agricultores, se conhecessem a sua fortuna;
- (B) A natureza é grande nas grandes coisas, mas é grandiosa nas pequenas coisas;
- (C) O trabalho do lavrador é o trabalho natural do homem, o único que acalma as paixões e vigoriza o corpo;
- (D) Sentar-se à sombra, num belo dia, e repousar o olhar sobre a verdura é o repouso mais perfeito;
- (E) Quando a última árvore morrer e o último rio for envenenado, você vai perceber que o dinheiro não alimenta.

**23**

Observe a pequena narrativa a seguir.

“João estava sentado no degrau do portão de casa, enrolando a linha da pipa, quando Lila se aproximou e lhe disse que estava fugindo de casa, porque já estava cheia de tudo e perguntou se ela podia ficar escondida na casa dele até ver o que acontecia. João ficou atrapalhado, pois tinha que falar com a mãe, mas ia ver se dava um jeito. De repente surge a mãe de Lila, com um chinelo na mão e gritando com a filha para que ela voltasse imediatamente para casa. Amedrontada, Lila obedeceu e João voltou a enrolar o carretel de linha.”

Considerando as fases do enredo dessa narrativa, a única afirmativa que está em desacordo com o texto é:

- (A) o estado inicial da narrativa mostra João enrolando um carretel de linha de pipa na porta de casa;
- (B) o fato que vai perturbar o fato inicial é a chegada de Lila, que estava fugindo de casa;
- (C) o fato culminante da narrativa é o pedido de Lila para ser abrigada na casa de João;
- (D) o estado final da narrativa mostra o estado inicial melhorado, pois João ficou livre do problema apresentado por Lila;
- (E) um novo fato narrativo é a chegada da mãe de Lila, que obriga a que ela volte para casa.

**24**

A frase abaixo em que há a possibilidade de dupla concordância nominal na palavra sublinhada, é:

- (A) O que têm essas mulheres de estranhas?
- (B) Os alto-falantes estavam colocados no fundo do palco;
- (C) Veja os nomes abaixo assinados;
- (D) Era um crime de leso-patriotismo;
- (E) É proibida a entrada de bebida alcoólica na festa.

**25**

AO ENCONTRO DE / DE ENCONTRO A são expressões semelhantes, mas muito diferentes no significado. A frase abaixo em que uma dessas expressões está empregada em lugar da outra, é:

- (A) O acidente causado pelo motoqueiro fez com que o caminhão se desgovernasse e fosse ao encontro do poste;
- (B) Todo o mercado ficou excitado com as notícias de alívio econômico que iam ao encontro de suas expectativas otimistas;
- (C) O novo carro, por seu desempenho e conforto magníficos, ia ao encontro dos desejos do casal, que acabava de adquiri-lo;
- (D) O horóscopo da semana previa muitas dificuldades, o que ia de encontro às notícias agradáveis que estavam surgindo;
- (E) Os resultados obtidos pelo time em campo iam de encontro aos sonhos dos torcedores, que já estavam preocupados com a queda da equipe para a série B.

## Legislação Específica e Noções de Direito Constitucional e Administrativo

26

Eliane, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo, em atuação em determinado órgão do Poder Executivo do Estado do Amapá, consultou o Departamento de Recursos Humanos em relação à possibilidade de requerer a sua “movimentação”, a pedido, para outro órgão do Poder Executivo.

Na situação descrita na narrativa, a “movimentação” almejada por Eliane é:

- (A) admitida, sendo denominada remoção;
- (B) admitida, sendo denominada realocação;
- (C) admitida, sendo denominada transferência;
- (D) denominada relocação e tem sempre caráter temporário;
- (E) expressamente vedada, por importar em burla à exigência de prévia aprovação em concurso público.

27

Olga ocupa o cargo de juíza de direito auxiliar no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, enquanto Renata ocupa o cargo de juíza de direito substituta no âmbito da mesma estrutura de poder.

A partir da análise da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, é correto concluir que:

- (A) ambas podem assistir o corregedor-geral;
- (B) Olga pode servir em qualquer comarca do Estado do Amapá;
- (C) Renata pode ter domicílio e residência em qualquer cidade do Estado do Amapá;
- (D) ambas podem ser designadas, pelo presidente do tribunal, para dirimir conflitos agrários;
- (E) ambas, no momento oportuno, serão promovidas para varas das comarcas de primeira entrância.

28

Hélio, líder comunitário no Estado do Amapá, tinha interesse em mobilizar a população visando à apresentação, à Assembleia Legislativa, de um projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição do Estado do Amapá, Hélio concluiu, corretamente, que:

- (A) o projeto de lei deve ser assinado por, no mínimo, 1% dos eleitores do Estado;
- (B) a iniciativa popular se dá por meio dos deputados estaduais, representantes eleitos pela população;
- (C) o projeto de lei deve ser assinado por, no mínimo, 3% dos eleitores do Estado, distribuídos pelo menos por cinco municípios;
- (D) a apresentação de projeto de lei não é possível, embora se possa submeter proposta de emenda constitucional por iniciativa parlamentar;
- (E) o projeto alvitrado não só pode ser apresentado como ainda é garantida a sua defesa em plenário por um dos cidadãos subscritores, na forma do Regimento Interno da Assembleia.

29

Pedro, estudante de direito, foi questionado por seu professor em relação às fases do processo legislativo para a elaboração de uma lei orgânica municipal. De acordo com Pedro:

- (1) o projeto deve ser aprovado em dois turnos de votação;
- (2) pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal; e
- (3) com a sanção do chefe do Poder Executivo.

Ao analisar as afirmações de Pedro em relação ao processo legislativo, o professor observou, corretamente, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) apenas a afirmação 2 está certa;
- (C) apenas a afirmação 3 está certa;
- (D) apenas a afirmação 1 e 2 estão certas;
- (E) apenas a afirmação 1 e 3 estão certas.

30

Jonas foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Ao ser conduzido à delegacia de polícia, foi qualificado e comunicado por um agente policial que, embora portasse sua carteira de identidade, deveria ser submetido à identificação dactiloscópica. O advogado de Jonas, por sua vez, afirmou que essa prática não seria correta.

À luz da sistemática constitucional, com abstração de qualquer regulamentação legal, é correto afirmar que:

- (A) é vedada, em qualquer caso, a identificação de Jonas;
- (B) é compulsória a identificação de qualquer preso, inclusive de Jonas;
- (C) é obrigatória a identificação de Jonas, considerando as circunstâncias indicadas na narrativa;
- (D) é vedada a identificação nas circunstâncias indicadas, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- (E) é imperativa a identificação de Jonas, sendo resguardado o seu direito de se negar a colaborar.

31

João foi condenado em sentença transitada em julgado pela prática de uma infração penal. Poucos meses após o cumprimento da pena, decidiu que iria concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições.

Ao analisar exclusivamente a Constituição da República, não a legislação infraconstitucional, com o objetivo de verificar se a condenação anterior constituiria óbice à realização do seu objetivo, João concluiu, corretamente, que:

- (A) está inelegível;
- (B) está com os direitos políticos suspensos;
- (C) pode ser considerado inelegível por lei complementar;
- (D) está inabilitado para o exercício de outra função pública;
- (E) perdeu os direitos políticos, mas pode readquiri-los com a reabilitação.



**32**

Nair, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, logrou ser eleita vereadora no município em que é domiciliada.

Preocupada com a possibilidade de conciliar o cargo público com a vereança, analisou os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, tendo concluído corretamente que:

- (A) deve ser afastada do cargo de provimento efetivo durante o mandato;
- (B) deve optar por um ou outro, pois a acumulação de cargos públicos é vedada;
- (C) deve receber a contraprestação estipendial correspondente a ambos, caso acumule os cargos;
- (D) pode acumular ambos os cargos caso tenha obtido a estabilidade no cargo de provimento efetivo;
- (E) tem o direito subjetivo de acumular os cargos, independentemente do cumprimento de qualquer requisito específico.

**33**

Maria, Ana e Antônia realizaram um debate em relação às características comuns aos recursos especial e extraordinário. Maria defendia que ambos deveriam ser processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Ana sustentava que ambos exigiriam que a causa fosse julgada em única ou última instância. Por fim, Antônia observou que ambos poderiam ser interpostos, respectivamente, após o julgamento de recursos ordinários, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação aos argumentos de Maria, Ana e Antônia, que:

- (A) todos estão errados;
- (B) apenas o de Ana está certo;
- (C) apenas o de Antônia está certo;
- (D) apenas os de Maria e Ana estão certos;
- (E) apenas os de Maria e Antônia estão certos.

**34**

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa recebeu uma proposição legislativa que tem por objeto a alteração das atribuições de certo órgão colegiado da Administração Superior do Ministério Público do Estado.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República a respeito das normas que estabelecem a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, é correto afirmar que a proposição legislativa precisa ter a natureza de:

- (A) projeto de lei ordinária, de iniciativa privativa do governador do Estado;
- (B) projeto de lei ordinária, de iniciativa privativa do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (C) projeto de lei complementar, de iniciativa privativa do procurador-geral de Justiça;
- (D) proposta de emenda constitucional, podendo ter sido apresentada por qualquer legitimado para a reforma;
- (E) projeto de lei complementar, podendo ter sido apresentado pelo procurador-geral de Justiça ou pelo governador do Estado.

**35**

Joyce acabou de ler certo edital que veiculou a realização de um processo administrativo de chamamento público por meio do qual a Administração Pública convocou profissionais interessados em prestar determinado serviço, para que, preenchidos os requisitos necessários devidamente delimitados, se habilitem junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados, viabilizando a sua contratação direta, mediante critérios determinados.

No âmbito da Lei nº 14.133/2021, tal edital versa sobre:

- (A) credenciamento, que caracteriza hipótese de licitação dispensável;
- (B) pré-qualificação, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;
- (C) catálogo eletrônico de padronização de serviços, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;
- (D) credenciamento, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;
- (E) pré-qualificação, que caracteriza hipótese de licitação dispensável.

**36**

Semana passada, Adroaldo, no exercício das atribuições do cargo efetivo em que está lotado no Estado do Amapá, praticou a conduta de negar publicidade a determinado ato oficial, sob o fundamento de que ele está gravado de sigilo, classificado como informação secreta, que, mediante a devida motivação, foi considerada imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

Acerca dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que:

- (A) caso caracterizado o dolo na realização de tal conduta, ficará configurado o ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, diante da previsão específica no respectivo dispositivo da Lei de Improbidade;
- (B) independentemente da caracterização de dolo, a conduta em questão não configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, tanto que excepcionada pela própria Lei de Improbidade Administrativa;
- (C) considerando que o rol atinente aos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública é exemplificativo, a conduta em análise deve assim ser caracterizada, ainda que o servidor tenha agido com culpa;
- (D) considerando que a negativa de publicidade não consta do rol taxativo das condutas que configuram o ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, a conduta em apreço não poderia ser assim caracterizada ainda que a informação não estivesse gravada de sigilo;
- (E) considerando que a conduta em cotejo não pode ser caracterizada como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, para tanto, é imprescindível o enriquecimento sem causa ou a lesão ao erário.

**37**

Ao estudar ponto específico de edital para concurso público atinente à organização administrativa, notadamente com relação à descentralização, Ofélia observou que, dentre as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que integram a Administração Pública indireta, é correto apontar:

- (A) as autarquias;
- (B) as prefeituras;
- (C) as associações públicas;
- (D) os tribunais de contas;
- (E) as sociedades de economia mista.

**38**

Pérola é servidora estável do Estado Delta e viu sua colega de trabalho Açucena, ocupante de semelhante cargo efetivo, investida após a realização de concurso público, ser demitida, após a garantia do contraditório e da ampla defesa, em decorrência de falta grave funcional por ela cometida após dois anos de efetivo exercício, em decorrência de procedimento instaurado uma semana depois da ocorrência da conduta.

Diante dessa situação hipotética, considerando as disposições constitucionais acerca da estabilidade dos servidores públicos, Pérola concluiu, corretamente, que Açucena:

- (A) apenas poderia ter sido demitida por sentença judicial transitada em julgado em decorrência da garantia da estabilidade a ela assegurada pela Constituição;
- (B) poderia ter sido posta em disponibilidade, independentemente do preenchimento de requisitos para a aquisição da estabilidade;
- (C) pode, eventualmente, demonstrar a ilegalidade do procedimento que levou à sua demissão, hipótese em que terá direito à recondução ao cargo que ocupava, independentemente da garantia da estabilidade;
- (D) tem direito à estabilidade, diante do transcurso do prazo de dois anos de efetivo exercício, em razão do que era necessária a instauração do procedimento administrativo disciplinar pertinente para a sua demissão;
- (E) foi demitida com a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, que é indispensável mesmo para as hipóteses em que o servidor ainda não alcançou a estabilidade.

**39**

Na qualidade de servidora pública ocupante do cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Marieva foi questionada acerca de qual teoria foi adotada para responsabilidade civil do Estado pela conduta dos respectivos agentes públicos, à luz do disposto no Art. 37, §6º, da Constituição da República de 1988 e as peculiaridades decorrentes de tal orientação.

Nesse contexto, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, Marieva respondeu, corretamente, que se tratava da:

- (A) teoria do risco administrativo, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;
- (B) teoria do risco integral, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;
- (C) teoria da culpa administrativa, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;
- (D) teoria do risco administrativo, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado e admite excludentes do nexo de causalidade;
- (E) teoria do risco integral, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e admite excludentes do nexo de causalidade.

**40**

A autoridade competente no âmbito da atividade de controle sugeriu a revogação de todos os atos administrativos que não mais atendam ao interesse público, mas foi indagada acerca da existência de atos que não seriam passíveis de tal modalidade de extinção.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) todos os atos administrativos são passíveis de revogação;
- (B) apenas os atos vinculados são passíveis de revogação;
- (C) nenhum ato administrativo é passível de revogação;
- (D) somente os atos discricionários são passíveis de revogação;
- (E) apenas os atos administrativos que já exauriram os seus efeitos não podem ser revogados.

## Conhecimentos Específicos

41

Julgando que na interpretação de normas sobre gestão pública serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados, à luz do disposto no Decreto-Lei nº 4.657/1942, é correto afirmar que:

- (A) a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, independentemente das possíveis alternativas;
- (B) o gestor poderá decidir com base em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão;
- (C) a celebração de compromisso com os interessados nas situações litigiosas que versem sobre atos administrativos vinculados não é possível;
- (D) a aplicação de mais de uma sanção de mesma natureza relativa ao mesmo fato não é possível, ainda que caracterizem infrações administrativas distintas;
- (E) as circunstâncias práticas que impuserem, limitarem ou condicionarem a ação do agente serão consideradas em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa.

42

No exercício de suas atribuições no cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Valéria praticou conduta que configura crime de abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019, sendo certo que ela assevera que estava no estrito exercício do dever legal.

Considerando que foi instaurada a respectiva persecução penal e que a referida conduta também é passível de responsabilização na esfera administrativo-disciplinar, à luz das normas constantes do aludido diploma legal, é correto afirmar que:

- (A) nenhuma sentença absolutória penal poderá repercutir na esfera administrativo-disciplinar;
- (B) apenas a sentença que absolva Valéria em razão da negativa de autoria pode refletir na esfera administrativo-disciplinar;
- (C) a sentença penal que reconheça que Valéria atuou no estrito cumprimento do dever legal faz coisa julgada na esfera administrativo-disciplinar;
- (D) qualquer sentença absolutória de Valéria repercute na esfera administrativo-disciplinar, ainda que em decorrência da ausência de provas;
- (E) a sentença criminal, seja condenatória, seja absolutória, não pode repercutir na esfera administrativo-disciplinar relacionada a Valéria diante da independência das esferas.

43

Após tomar conhecimento de que as sociedades Begônia, Dália e Caliandra estavam envolvidas em um esquema para fraudar licitações e contratos delas decorrentes, o que caracteriza ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, as autoridades competentes estão adotando as medidas pertinentes para fins de responsabilização com fulcro na mencionada norma, sendo certo que se está cogitando a formalização de um acordo de leniência.

Acerca do aludido tema, à luz do disposto na Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que:

- (A) a proposta de acordo de leniência rejeitada importa no reconhecimento da prática do ilícito investigado;
- (B) a formalização do acordo de leniência, com base na Lei Anticorrupção, poderá também isentar ou atenuar as sanções administrativas que estejam previstas na Lei de Licitações;
- (C) a sociedade interessada só precisa admitir sua participação e cooperar plena e permanentemente com as investigações para a formalização do acordo de leniência por se tratar do único requisito necessário para tanto;
- (D) o acordo de leniência poderá ser formalizado com as três sociedades envolvidas no aludido esquema, independentemente de qual seja a primeira a manifestar o interesse em cooperar com a apuração do ilícito;
- (E) a formalização do acordo de leniência pode isentar a sociedade envolvida no esquema de aplicação das sanções previstas na legislação em tela, bem como poderá eximi-la de reparar em parte o erário, caso seja do interesse da Administração Pública.

44

Preocupado em melhor compreender a remuneração do cargo efetivo para o qual está estudando para concurso no Estado do Amapá, Arthur passou a analisar o tratamento conferido à matéria especificamente pela Lei Estadual nº 66/1993, vindo a concluir, corretamente, que:

- (A) nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo;
- (B) os adicionais e gratificações previstos em lei constituem indenizações a serem pagas aos servidores;
- (C) a incorporação de adicionais e gratificações à remuneração do servidor público é vedada;
- (D) o servidor que ganhar diárias, e não se afastar da sede, não será obrigado a receber os valores obtidos a tal título;
- (E) a remuneração será realizada por subsídio para todas as carreiras do mencionado Estado, sendo vedados quaisquer acréscimos ou vantagens de natureza indenizatória.

**45**

Para fins de promover determinada política pública de acesso ao Judiciário, as autoridades competentes entenderam que era necessário o compartilhamento de dados pessoais constantes da base do respectivo órgão público com determinada entidade do terceiro setor, regularmente selecionada para executar o projeto, com vistas a atender as finalidades específicas de sua execução.

Diante dessa situação hipotética, acerca do uso compartilhado de dados pelo poder público, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), é correto afirmar que:

- (A) não há restrição para o uso compartilhado de dados pessoais pelo poder público com relação à promoção e execução de políticas públicas, diante do interesse público subjacente;
- (B) é vedado ao poder público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de suas bases de dados, inclusive em casos de execução descentralizada de atividade pública e de transferência respaldada em contratos, tal como ocorre na situação descrita;
- (C) considerando que as entidades do terceiro setor integram o conceito de Administração Pública, a elas não devem ser aplicadas as vedações atinentes ao uso compartilhado com entidades privadas;
- (D) é excepcionalmente autorizada a transferência dos dados constantes da base do poder público para entidades privadas, conforme previsão no convênio ou instrumento congêneres para a finalidade específica nele prevista;
- (E) o poder público apenas pode promover o compartilhamento de dados com entidades privadas mediante o consentimento expresso de cada um dos titulares de tais informações, independentemente da finalidade ou do instrumento utilizado.

**46**

Edney foi aprovado no concurso público para o cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, sendo correto afirmar, à luz das normas constitucionais e da orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, acerca de sua situação jurídico-funcional, que ele:

- (A) foi aprovado para cargo público efetivo, submetido ao regime estatutário, que pode alcançar a garantia da estabilidade, considerando que o Poder Judiciário é órgão integrante da Administração Pública Direta;
- (B) foi aprovado para emprego público, submetido ao regime celetista, incompatível com a garantia da estabilidade, considerando que o Poder Judiciário é pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Pública Indireta;
- (C) foi aprovado para cargo público efetivo, submetido ao regime celetista, mas que é passível de alcançar a garantia da estabilidade, considerando que o Poder Judiciário é pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Pública Indireta;
- (D) foi aprovado para emprego público, submetido ao regime estatutário, incompatível com a garantia da estabilidade, considerando que o Poder Judiciário é pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Pública Direta;
- (E) foi aprovado para cargo público efetivo, submetido ao regime estatutário, incompatível com a garantia da estabilidade, considerando que o Poder Judiciário é pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Pública Indireta.

**47**

No âmbito da autotutela, as autoridades competentes verificaram a existência de ato administrativo contaminado por vício insanável, que produzia efeitos favoráveis a determinado particular de boa-fé, realizado em 25 de julho de 2018. Ocorre que o processo administrativo para fins de anulação de tal ato foi iniciado em fevereiro de 2023 e, após a garantia da ampla defesa e do contraditório, culminou na invalidação do ato apenas em 20 de novembro de 2023.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) não ocorreu a prescrição da pretensão da Administração de invalidar o ato em questão, que se submete ao prazo de dez anos;
- (B) ocorreu a decadência para a Administração anular o ato em questão, na medida em que foi transcorrido o prazo de cinco anos desde a data em que ele foi realizado;
- (C) ocorreu a prescrição da pretensão da Administração de anular o ato em questão, pois foi transcorrido o prazo de três anos entre a sua realização e o início do processo administrativo;
- (D) não ocorreu a decadência para a Administração invalidar o ato em questão, considerando que o processo administrativo foi instaurado antes do prazo de cinco anos de sua realização;
- (E) não ocorreu decadência ou prescrição da pretensão da Administração invalidar o ato em questão, pois dos atos nulos não se originam direitos, de modo que os vícios insanáveis podem ser reconhecidos a qualquer tempo.

**48**

Ao compulsar o Decreto nº 69/1991 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá), Nadine verificou que, dentre os requisitos especiais para a criação e instalação de comarcas, é possível destacar corretamente:

- (A) a população mínima de vinte mil habitantes para que seja possível a criação de comarca, em regra, além de outros requisitos previstos na referida norma;
- (B) a existência de prédio público para a instalação do fórum na comarca, não sendo necessários edifícios públicos para a acomodação da cadeia pública ou destacamento policial militar, dentre os requisitos necessários previstos na norma em análise;
- (C) movimento mínimo anual, em regra, de noventa feitos para que seja viável a criação de comarca, além de outros requisitos previstos na aludida norma;
- (D) excepcionalmente população mínima de dois mil e quinhentos habitantes, quando se tratar de localidade de difícil acesso, além de outros requisitos previstos na norma em questão;
- (E) a instalação de comarca independe de casa pública para a moradia do juiz de direito e do promotor de justiça, que poderão residir em local que tenha comarca de entrância final, dentre os requisitos necessários previstos na norma em análise.

49

Existem dois princípios constitucionais que são de extrema relevância para o estudo da organização administrativa, quais sejam, o princípio federativo e o princípio da separação de poderes. No âmbito desse último, a distribuição das funções entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo é realizada a partir do critério da preponderância, de modo que cada um deles exerce funções típicas e funções atípicas.

Nesse contexto, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, corresponde à função administrativa atípica do Poder Judiciário:

- (A) o processamento de precatórios;
- (B) o julgamento de uma ação civil pública;
- (C) o registro dos atos concessivos de aposentadoria;
- (D) a concessão da ordem em mandado de segurança;
- (E) a invalidação de um ato administrativo do Poder Executivo, por meio de sentença.

50

Ao estudar a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Elis verificou que, dentre os conceitos nela expressamente delimitados, há aquele atinente à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto a origem, trânsito, destino, e que corresponde à definição de:

- (A) disponibilidade;
- (B) autenticidade;
- (C) primariedade;
- (D) efetividade;
- (E) integridade.

51

Dentre as esferas de responsabilização em decorrência de atos ilícitos praticados por agentes públicos e pessoas jurídicas que causam lesão ao erário e a terceiros, Rosângela observou que existe uma esfera em que a lei de regência prevê a responsabilização objetiva para a sua caracterização, sendo correto afirmar que se trata daquela:

- (A) relativa aos atos lesivos à Administração Pública, prevista na Lei Anticorrupção;
- (B) atinente aos atos de improbidade administrativa, na Lei de Improbidade Administrativa;
- (C) concernente às infrações administrativo-disciplinares e crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade;
- (D) determinada para a ação regressiva, no âmbito da responsabilização civil dos agentes públicos;
- (E) condizente com o processo administrativo disciplinar, no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Amapá.

52

A análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal indica o reconhecimento de um princípio implícito na Constituição da República, consectário do Estado Democrático de Direito, que corresponde à dimensão subjetiva da segurança jurídica, de grande relevância no âmbito da atividade de controle administrativo, sendo correto afirmar que se trata do princípio da:

- (A) eficiência;
- (B) efetividade;
- (C) proteção da confiança;
- (D) supremacia do interesse público;
- (E) indisponibilidade do interesse público.

53

Os princípios e práticas da governança corporativa são aplicáveis, com algumas adaptações, às organizações públicas. A governança pública organizacional parte do mesmo problema tratado pela governança corporativa: o conflito de agência.

Nesse caso, a sociedade (os cidadãos) assume o papel de:

- (A) agente, e um conselho assume o papel de principal;
- (B) agente, e uma autoridade máxima assume o papel de principal;
- (C) espectadora, e um gerente assume o papel de ator;
- (D) principal, e um representante eleito assume o papel de agente;
- (E) principal, e um eleitor assume o papel de agente.

54

Os analistas responsáveis pelo desenho de processos numa organização costumam utilizar o BPMN para a notação gráfica, onde cada figura é responsável por simbolizar algo referente ao processo. Ao mapear um processo em uma organização pública, um analista precisava representar caminhos alternativos ou paralelos e não sabia qual figura utilizar.

Um especialista no assunto deverá recomendar o uso de um(a):

- (A) círculo;
- (B) losango;
- (C) quadrado;
- (D) retângulo;
- (E) seta.

55

Charles H. Kepner e Benjamin B. Tregoe foram os primeiros proponentes da Matriz GUT. Um analista de uma organização pública pretende utilizá-la como ferramenta para identificar ações prioritárias. Ao terminar sua elaboração, a matriz abaixo é apresentada numa reunião decisória:

Problema	G	U	T
a	3	3	3
b	4	5	2
c	4	4	5
d	4	4	4
e	3	3	4

Ao final da reunião, mantidos os valores da Matriz, os problemas foram ordenados, de mais para menos prioritários, na seguinte ordem:

- (A) a; b; e; c; d;
- (B) a; e; b; d; c;
- (C) d; c; e; b; a;
- (D) c; d; b; e; a;
- (E) b; d; e; a; c.

56

A área de Controle Interno de uma organização pública está passando por uma reestruturação e, para tanto, os responsáveis por esse projeto realizaram uma análise SWOT. Identificaram a ausência de profissionais especializados, porém, mencionaram que há uma maior quantidade de concursos públicos sendo realizados no atual governo.

Tais resultados foram corretamente documentados, respectivamente, nos quadrantes:

- (A) O e S;
- (B) T e S;
- (C) T e O;
- (D) W e T;
- (E) W e O.

57

Uma organização pública se deparou com um problema que não se adequava à utilização de técnicas de análise precisas, concluindo que ela poderia beneficiar-se de julgamentos subjetivos coletivos para encaminhar uma solução. Para tanto, ela entrou em contato com indivíduos sem histórico de comunicação entre eles e garantiu anonimato a todos. Prezou-se pela heterogeneidade dos participantes, representando especialidades e experiências diversas, para assegurar a validade dos resultados, e mecanismos foram pensados para evitar efeitos de dominância de personalidade ou pressões da maioria.

Essas características demonstram que a organização resolveu fazer uso do(a):

- (A) análise SWOT;
- (B) diagrama de Ishikawa;
- (C) matriz SIPOC;
- (D) método Delphi;
- (E) metodologia 5W2H.

58

Um analista de uma organização pública está analisando quantitativamente o risco de um evento. Ele montou uma fórmula matemática e a apresentou ao seu chefe imediato, um especialista no assunto.

Considerando que a fórmula apresentada foi “Risco = Probabilidade \* Impacto”, o chefe corretamente avaliou que poderia ser necessário incluir um:

- (A) fator de ponderação para ambos os componentes da fórmula;
- (B) fator de ponderação para o componente probabilidade, mas jamais para o componente impacto;
- (C) operador exponencial para o componente probabilidade, mas jamais para o componente impacto;
- (D) operador exponencial para o componente impacto, mas jamais para o componente probabilidade;
- (E) operador exponencial para um ou ambos os componentes.

59

Nos últimos anos, uma organização pública vem aumentando a compreensão e a eficácia da sua abordagem quanto a riscos. Ela tem delegado e coordenado as responsabilidades essenciais de gestão de riscos baseando-se na abordagem das Três Linhas de Defesa.

Para tanto, um analista foi designado para ser parte integrante da auditoria interna, que corresponde à:

- (A) terceira linha de defesa, pois atuará em uma função que tem propriedade de riscos;
- (B) terceira linha de defesa, pois atuará em uma função que fornece avaliações independentes;
- (C) segunda linha de defesa, pois atuará em uma função que supervisiona riscos;
- (D) segunda linha de defesa, pois atuará em uma função que fornece avaliações independentes;
- (E) primeira linha de defesa, pois atuará em uma função que supervisiona riscos.

60

O Controle Interno auxilia as entidades a alcançar objetivos importantes e a sustentar e melhorar o seu desempenho. A publicação *Internal Control – Integrated Framework* (Controle Interno – Estrutura Integrada) do COSO permite que as organizações desenvolvam, de forma efetiva e eficaz, sistemas de controle interno que se adaptam aos ambientes operacionais e corporativos em constante mudança, reduzem os riscos para níveis aceitáveis e apoiem um processo sólido de tomada de decisões e de governança da organização.

De acordo com a referida publicação, o Controle Interno é:

- (A) conduzido para atingir um único objetivo, na categoria divulgação;
- (B) um processo que consiste em tarefas e atividades contínuas, ou seja, um fim em si mesmo;
- (C) um manual de políticas e procedimentos, sistemas e formulários;
- (D) capaz de proporcionar segurança absoluta para a estrutura de governança e alta administração de uma entidade;
- (E) adaptável à estrutura da entidade, sendo flexível na aplicação para toda a entidade.

61

Um dos benefícios da gestão de riscos é o rigor que ela proporciona ao processo de identificação e seleção de alternativas de respostas aos riscos. Opções de tratamento de riscos incluem: 1. evitar o risco; 2. reduzir o risco; 3. transferir o risco; e 4. aceitar o risco.

No âmbito da gestão de riscos, aceitar o risco é:

- (A) a decisão de não iniciar ou de descontinuar a atividade, ou ainda desfazer-se do objeto sujeito ao risco;
- (B) não tomar, deliberadamente, nenhuma medida para alterar a probabilidade ou a consequência do risco;
- (C) adotar medidas para mitigar a probabilidade ou a consequência dos riscos;
- (D) mitigar a consequência ou probabilidade de ocorrência do risco por meio do compartilhamento de uma parte do risco;
- (E) contratar seguros ou terceirizar atividades sobre as quais a organização não tem suficiente domínio.

**62**

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) recebe demanda de diversos setores do referido órgão para que seja realizado concurso público para nomeação de novos analistas judiciários, em razão das muitas aposentadorias ocorridas nos últimos anos, o que vem ocasionando sérios prejuízos à efetividade na prestação dos serviços. Ocorre que o Tribunal de Justiça já havia sido alertado, pelo Tribunal de Contas local, que, no último quadrimestre, as suas despesas com pessoal haviam ultrapassado o percentual de 95% do limite legal.

O presidente do TJ, então, solicita parecer do Órgão de Controle Interno, que deve ser emitido no seguinte sentido:

- (A) não é possível que novas nomeações sejam realizadas por expressa vedação legal;
- (B) é até possível que o concurso público seja realizado, porém, as nomeações deverão aguardar o término do exercício seguinte à realização do concurso;
- (C) como a necessidade de nomeação de novos servidores se deu em razão de aposentadorias, é plenamente possível que as nomeações sejam realizadas, uma vez que a legislação permite a reposição nesse caso específico;
- (D) as nomeações são possíveis, uma vez que, caso não ocorram, haverá risco à continuidade da prestação do serviço público judicial à disposição da população;
- (E) não é possível a realização de novas nomeações, pois, nesse caso específico, trata-se da reposição de cargos efetivos e não de cargos privativos de membros do Poder Judiciário.

**63**

Determinado ente federativo informa aos servidores aposentados que, em dado exercício financeiro, não poderá reajustar os benefícios previdenciários, de modo a preservar o seu valor real como justificativa. Menciona que não houve a implantação de um mecanismo de compensação à criação desta despesa obrigatória de caráter continuado prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), seja pelo aumento permanente de receita, seja pela redução permanente de despesa.

Com base na legislação de regência, a justificativa apresentada pela administração está:

- (A) equivocada, uma vez que o aumento de despesa decorrente do reajustamento de valor do benefício, a fim de preservar o seu valor real, é expressamente excepcionado pela legislação;
- (B) correta, pois sem o referido mecanismo que compense a criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, haverá um risco à sustentabilidade fiscal do ente federativo;
- (C) correta, tendo em vista que a legislação não excepciona qualquer hipótese nos casos de necessidade de compensação da criação de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- (D) equivocada, pois, no caso analisado, não está incluída a remuneração dos servidores ativos, os quais também devem ser contemplados com o reajustamento das respectivas remunerações;
- (E) correta, tendo em vista que a LRF é considerada uma lei nacional e que, portanto, deve ser observada por todas as esferas federativas.

**64**

Imagine uma situação hipotética em que o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha realizado auditoria ordinária *in loco*, com o objetivo de verificar a aplicação dos recursos da União, recebidos por determinado Estado-membro da Federação provenientes de emenda individual impositiva, prevista no Art. 166-A da Constituição Federal, na modalidade “transferência especial”.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o TCU possui respaldo em competência constitucional para efetuar a referida auditoria;
- (B) o TCU possui competência para realizar a referida auditoria, tendo em vista expressa previsão legal;
- (C) a competência para a fiscalização dos recursos é privativa do órgão de controle interno do ente ou órgão beneficiário do recebimento dos recursos;
- (D) o TCU não é o órgão de controle externo competente para realizar a referida auditoria, e sim o Tribunal de Contas do respectivo Estado-membro;
- (E) o TCU é o órgão de controle externo competente para realizar a referida auditoria, uma vez que os recursos foram repassados pela União.

**65**

A observância à denominada “Regra de Ouro”, prevista expressamente no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal de 1988, que, em linhas gerais, veda a realização de operações de crédito que excedam os montantes das despesas de capital, com as respectivas ressalvas lá estabelecidas, pode ser realizada por meio do seguinte instrumento:

- (A) Relatório de Gestão Fiscal;
- (B) Reserva de Contingência;
- (C) Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital;
- (D) Quadro de Cotas Trimestrais da Despesa;
- (E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

**66**

Com relação à nona edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que:

- (A) não houve alterações na Parte I, referente aos procedimentos contábeis orçamentários;
- (B) houve a redução da força normativa das regras orçamentárias fixadas pela Lei nº 4.320/1964;
- (C) a devolução dos ingressos extraorçamentários se sujeita à autorização legislativa;
- (D) as receitas orçamentárias são classificadas segundo três critérios;
- (E) as transferências intergovernamentais voluntárias podem ser contabilizadas pelo ente transferidor como uma despesa ou como dedução de receita.

**67**

Trata-se de um princípio orçamentário que NÃO consta expressamente da Constituição Federal:

- (A) princípio da exclusividade;
- (B) princípio da legalidade orçamentária;
- (C) princípio da publicidade;
- (D) princípio da não afetação da receita de impostos;
- (E) princípio do equilíbrio orçamentário.

**68**

A reserva de contingência se destina ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Com relação a essa reserva específica, é correto afirmar que:

- (A) é uma exceção ao princípio orçamentário da discriminação ou da especificação;
- (B) há vedação legal ao seu uso para a abertura de créditos adicionais;
- (C) a sua forma de utilização bem como o seu montante são definidos na Lei Orçamentária Anual de cada ente da Federação;
- (D) o seu montante integral deve ser definido com base na receita efetivamente arrecadada nos dois últimos exercícios;
- (E) pode também ser utilizada para o pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício.

**69**

Um servidor público, analista judiciário do Tribunal de Justiça de um dado Estado-membro da Federação, requereu administrativamente a sua progressão funcional, uma vez que havia atendido a todos os requisitos legais. Ocorre que o setor responsável pelo sistema de pagamentos de pessoal negou o pleito, sob o fundamento de que o Estado já havia ultrapassado o limite prudencial referente às despesas de pessoal. O servidor, inconformado, interpôs recurso administrativo, tendo a autoridade responsável pelo julgamento do recurso solicitado parecer do Órgão de Controle Interno do referido Tribunal de Justiça.

O servidor lotado no Controle Interno deve apontar em seu parecer que o indeferimento do pleito:

- (A) está incorreto, uma vez que os comandos normativos de mecanismos de contenção de gastos com pessoal são taxativos;
- (B) está correto, já que se encontra no âmbito de discricionariedade da Administração Pública a concessão ou não do pedido;
- (C) está incorreto, uma vez que o referido pedido não alcançará todos os servidores que se encontrem na mesma situação do requerente;
- (D) está correto, uma vez que a impossibilidade de progressão funcional é uma das medidas exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a contenção de despesas de pessoal;
- (E) está correto, tendo em vista que qualquer vantagem remuneratória poderá ser implementada, desde que haja o retorno do limite das despesas de pessoal ao percentual exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

**70**

Após apresentar quedas recorrentes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no âmbito municipal, apesar de ter um desempenho histórico acima da média nacional, o secretário de educação de uma capital brasileira solicitou uma avaliação ampla e criteriosa da estrutura e das atividades da rede municipal de ensino.

A avaliação teria como objetivo identificar pontos críticos e oportunidades de aperfeiçoamento. Essa avaliação pode ser realizada sob o formato de uma auditoria:

- (A) externa;
- (B) de gestão;
- (C) operacional;
- (D) de qualidade;
- (E) de conformidade.

**71**

As entidades públicas, com destaque para as que atuam em atividades de controle, operam diversos instrumentos de fiscalização, que são adotados a depender de elementos relevantes acerca do objeto a ser fiscalizado.

No caso de uma ação do governo de um estado da federação que previu a instalação de internet sem fio (Wi-Fi) em todas as escolas da rede estadual, pela extensão territorial, é necessário avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações quanto à eficácia da ação.

Trata-se de um exemplo em que cabe a realização de um(a):

- (A) inspeção;
- (B) levantamento;
- (C) monitoramento;
- (D) acompanhamento;
- (E) auditoria de sistemas.

**72**

Na busca por evidências nos trabalhos de auditoria, há que se ter em conta alguns atributos. A confiabilidade é um deles, que assegura que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida.

Ao avaliar uma evidência de auditoria sob o crivo da confiabilidade, é necessário considerar que:

- (A) a adoção de abordagens uniformes na busca de evidências é recomendada;
- (B) evidências analíticas, em geral, têm o mesmo nível de confiabilidade daquelas obtidas indiretamente;
- (C) evidências de fontes externas, em geral, são mais confiáveis que internas;
- (D) evidências documentais são tão confiáveis quanto orais, quando são reduzidas a termo;
- (E) o uso de diferentes fontes de informação pode ser inconveniente e custoso.



**73**

Qualquer pessoa, deliberada ou inadvertidamente, pode cometer erros. Entretanto, é provável que os erros sejam descobertos se a realização de um procedimento ou de uma transação for compartilhada entre duas ou mais pessoas.

Esse texto se relaciona a um princípio motivador da importância do controle interno nas organizações, que é o(a):

- (A) controle de acesso a recursos e registros;
- (B) definição de rotinas internas;
- (C) fixação de responsabilidades;
- (D) mapeamento de processos;
- (E) segregação de funções.

**74**

Considere a seguinte situação hipotética: o consumo de materiais para determinado exercício financeiro em um órgão público da área de saúde é estimado com base nos percentuais de consumo do exercício anterior, corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O órgão não dispõe de corpo efetivo para acompanhar fisicamente todas as requisições e o consumo total de materiais, por isso não é realizado o controle das liquidações. Apurações físicas são feitas somente quando o órgão recebe denúncias de fraude. Com isso, há o risco de se realizarem pagamentos de bens e serviços que não foram entregues, o que compromete a qualidade do serviço público, além de outras irregularidades.

À luz dos conceitos de riscos em auditoria, essa situação ilustrada aponta um risco:

- (A) de controle;
- (B) de detecção;
- (C) inerente;
- (D) operacional;
- (E) residual.

**75**

O Tribunal de Contas da União concebe a matriz de planejamento como um papel de trabalho em que são registrados os passos e procedimentos a serem realizados na fase de execução para que o objetivo da auditoria seja alcançado.

Para que alcance os seus objetivos, a elaboração da matriz de planejamento é precedida pela:

- (A) fixação do objetivo e escopo da auditoria;
- (B) definição do universo e da amostra a serem examinados;
- (C) escolha dos procedimentos e as técnicas a serem utilizados;
- (D) identificação dos riscos e controles do objeto a ser auditado;
- (E) quantificação dos recursos necessários à execução do trabalho.

**76**

O desenvolvimento dos achados de auditoria deve contemplar, no mínimo, aspectos relativos a: situação encontrada, critério de auditoria, causa e efeitos reais e potenciais. O critério de auditoria consiste em um referencial que indica a expectativa em relação a uma situação objeto de auditoria.

No contexto de uma auditoria operacional que tem como objeto a estrutura de gestão de riscos de um ente público, podem ser considerados(as) como critério para comparação com a situação encontrada:

- (A) normas e jurisprudência;
- (B) regulamentos aplicáveis;
- (C) entendimentos doutrinários;
- (D) cláusulas contratuais e convênios;
- (E) boas práticas adotadas em organismos superiores.

**77**

Durante um trabalho de auditoria no grupo de conta "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" que integra a Demonstração das Variações Patrimoniais, na classe das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), um auditor constatou que o valor da aquisição de um equipamento fora debitado em uma das contas do grupo.

Consequentemente, o saldo do grupo de contas representativas das VPDs (teste principal) se encontrava superavaliado e o teste secundário para subavaliação deve se dar em conta de:

- (A) ativo imobilizado;
- (B) depreciação acumulada;
- (C) fornecedores de equipamentos;
- (D) variações patrimoniais aumentativas (VPA);
- (E) ajustes de avaliação patrimonial.

**78**

Nos trabalhos de auditoria é comum que se recorra a estratégias de amostragem para garantir maior eficiência e agilidade no trabalho, sem comprometer o resultado.

Ao optar pela amostragem aleatória estratificada, o auditor deve considerar que:

- (A) as estatísticas estimadas dependerão do tamanho da amostra;
- (B) a população deve ser subdividida em subgrupos não exaustivos;
- (C) os estratos devem possuir intersecção para aumentar a confiabilidade da estimação;
- (D) a estratificação perde utilidade se os custos da auditoria forem diferentes para cada estrato;
- (E) a combinação das estimativas de cada estrato resulta em uma estimação para toda a população.

**79**

Um auditor estava executando um trabalho em que um dos procedimentos planejados seria aplicado em materiais de consumo adquiridos que já foram consumidos. Havia indícios de que a quantidade adquirida e entregue era demasiadamente grande para ser estocada nos locais indicados nos documentos fiscais. Os procedimentos planejados indicavam a análise das notas fiscais, dos registros de entrada de mercadoria em estoque e visita ao local de estocagem do bem.

São técnicas recomendadas para esses procedimentos:

- (A) circularização e inspeção física;
- (B) entrevistas e inspeção física;
- (C) exame documental e observação;
- (D) indagação escrita e revisão analítica;
- (E) revisão analítica e inspeção física.

**80**

A matriz de responsabilização é concebida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como um instrumento que fecha o ciclo das apurações realizadas no decorrer da auditoria.

Ao elaborar e/ou analisar uma matriz de responsabilização, o auditor deve considerar que:

- (A) a matriz também se aplica a responsáveis solidários, mas não a equipes de trabalho;
- (B) o nome do auditor responsável pela elaboração da matriz deve ser informado na coluna Responsável;
- (C) as informações da matriz têm a mesma relevância, tanto em unidades de controle interno quanto externo;
- (D) a coluna Período de exercício se refere ao ano em que a irregularidade foi cometida, conforme os achados;
- (E) a coluna Culpabilidade, que se refere à reprovabilidade da conduta do gestor, se aplica somente a pessoas físicas.



Realização

